

SESSÕES DO PLENÁRIO

40ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de abril de 2023.

**PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES
(PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE)**

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabrício Falcão, Fabíola Mansur, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Patrick Lopes, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinson Almeida, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Deputado Eduardo Alencar comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 29 e 30/03/2023.

Do Deputado Patrick Lopes comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 24/04/2023.

Do Deputado Raimundinho da JR comunicando que, em virtude de deslocamento para tratar de assuntos de interesse dos Municípios Baianos junto à Comitativa do Governador do Estado Jerônimo Rodrigues, esteve ausente na Sessão do dia 24/04/2023.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pequeno Expediente. (**Oradores inscritos**)

Eu convido o deputado Bobô para utilizar do tempo de até 5 minutos. (Silêncio)

Convido o deputado Hilton Coelho para usar a tribuna, no Pequeno Expediente, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, ocupamos esta tribuna para tratar de um tema que tem uma relação direta com a soberania nacional, especialmente com o papel da Bahia na afirmação da nossa soberania. Eu quero fazer uma referência, Sr. Presidente, à viagem que foi feita pelo governador Jerônimo e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva com passagem pelos Emirados Árabes. Num contato com o grupo Mubadala Capital, foi fechado um acordo de investimentos para o que vai, supostamente, se transformar num dos maiores polos de produção de biodiesel do mundo. Estão previstos investimentos de R\$ 12 bilhões em 10 anos.

Eu quero começar dizendo que, para o setor energético, especialmente dessa área de combustíveis, esse não é considerado um grande investimento. Eu quero saber qual vai ser o lucro, qual a lucratividade dessa empresa nesses 10 anos e a relação disso com os R\$ 12 bilhões de investimentos. Mas, para além dessa situação, Sr. Presidente, salta aos olhos como essa movimentação dá uma sinalização da falta de disposição completa, a meu ver, do governo de Jerônimo de lutar pela reestatização da nossa Refinaria Landulpho Alves.

Infelizmente, salta aos olhos também a contradição do posicionamento do governo Lula em relação à questão da nossa soberania energética. Todo o discurso feito no período eleitoral colocava isso como uma questão estratégica, e a nossa Refinaria Landulpho Alves, de fato, tem um papel simbólico importantíssimo na afirmação da Petrobras e nessa perspectiva de dizer que o Brasil mudou de rumo.

Eu acredito que o governo tomou um conjunto de posições que foram corretas, por exemplo, em relação à questão dos Correios, mas a expectativa em relação à Petrobras é enorme. Em relação à nossa refinaria, maior ainda, dado o papel objetivo dela para a economia da Bahia e do Brasil, dado o simbolismo do significado de ela ser a primeira refinaria realmente considerada produtiva para a fundação da Petrobras e, por fim, pelo simbolismo que tem, no atual período, a disputa com o legado nefasto de Jair Bolsonaro, que privatizou as nossas empresas.

E é justamente na Refinaria Landulpho Alves que está sendo investigado o processo de privatização como uma possibilidade de fraude, de corrupção, por parte do governo de Bolsonaro, relacionada ao escândalo das joias.

Então, não dá para compreender o governo Lula, muito menos o governador Jerônimo, quando eles fazem essa sinalização. Não foi um ganho para a Bahia, não foi um ganho para o Brasil, foi uma derrota, a nosso ver, da soberania nacional.

Queríamos tratar também, nesta tarde, Sr. Presidente, de uma situação que teve um alto-falante no nosso mandato, que é a situação da população de Bom Jesus dos Passos, que está, simplesmente, sendo chantageada por um grupo econômico junto com a Prefeitura Municipal de Salvador.

Vejam o que aconteceu. Ocorreu uma associação com um grupo chamado Baía Viva, que se relaciona com um grupo econômico do campo da especulação imobiliária muito poderoso no estado da Bahia, e simplesmente foi construído um píer que, segundo informações, tem investimentos da prefeitura e algum investimento também da Baía Viva.

E se construiu toda uma situação para que a população de Bom Jesus dos Passos e os turistas venham a ser completamente subordinados a entrar na ilha a partir de um pedágio que poderá ser cobrado no valor de R\$ 25, inclusive para a população de Bom Jesus dos Passos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Olha que excrescência! Apenas as pessoas que tiverem um comprovante de residência no seu nome vão poder entrar sem pagar o pedágio na Ilha de Bom de Jesus dos Passos. Ou seja, o resto da família que habita a ilha ou quem se relaciona diretamente com ela, quem tem origem na ilha, vai precisar, para transitar no que é o seu território, um território de comunidades tradicionais, ter um gasto de R\$ 25.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Então, a nosso ver, é uma situação absurda – para concluir, Sr. Presidente, com a sua tolerância – que está em paralelo com outra situação inexplicável, porque, ao lado disso, o governo do estado, o governador Rui Costa à época, construiu um terminal marítimo que está lá pronto. Ele, inclusive, esteticamente, é muito bonito, todo bem estruturado, mas nunca foi inaugurado, pasmem, há 2 anos. Por causa de um boato em relação a um problema técnico, esse terminal marítimo não foi inaugurado, e...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) a população está às vésperas de ser chantageada por um grupo privado. Para nós, isso é inconcebível e precisa da atenção desta Casa. “Bonja”, como Bom Jesus dos Passos é chamada pela população e por todo mundo que admira aquele verdadeiro paraíso natural, não pode ser submetida...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir, deputado.

O Sr. HILTON COELHO: (...) a essa chantagem material e aos crimes ambientais que também foram perpetrados por essa fundação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Hilton Coelho.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido o nobre deputado Eures Ribeiro para utilizar o tempo de até 5 minutos no Pequeno Expediente.

O Sr. EURES RIBEIRO: Sr. Presidente, nobres pares, já dizia um dos maiores filósofos do campo do Direito, Kant: “Sobre mim, os céus estrelados...” E ele completava assim essa frase memorável do estudo do campo de Direito, que não esqueço desde as minhas primeiras aulas da faculdade: “Sobre mim, os céus estrelados; e dentro de mim, a lei moral”.

Kant se referia, Sr. Presidente, à liberdade de culto e de religião. Os céus estrelados é como pensam todas as civilizações, em todos os cantos da história, sobre a ideia de um ser superior, e não importa, minha deputada Olívia Santana, qual a cultura e a tradição, esse céu estrelado é subjetivo, cabe a qualquer um. E ele é memorável na nossa Constituição Federal, no seu art. 5º, que deve ser respeitado, principalmente no nosso estado, na Bahia, considerada a terra de todos os santos e de todas as crenças.

Recebi uma notícia que veio do município de Brumado, minha amiga Olívia Santana: o famoso Castelo Alto de Xangô foi invadido, desrespeitado pela intolerância religiosa que ainda persiste na Bahia, a terra de todos os santos. Não se pode discriminar a Bahia, principalmente as religiões da cultura africana, como é o candomblé. Isso é inadmissível!

Pai Dionata de Xangô trouxe a esta Casa essa reclamação que eu quero levar ao Ministério Público, quero levar às autoridades da Bahia porque é inadmissível que, na terra de todos os santos, a Bahia, o candomblé, que é uma cultura, uma religião trazida pelos negros, pelos africanos, dos porões da escravidão, arrancados à força da África, tenha a sua cultura, a sua religiosidade desrespeitada.

Nós devemos respeitar as religiões na Bahia, todas as religiões, não importa a sua denominação. É inadmissível, eu quero repudiar, subo a esta tribuna, na tarde de hoje, para repudiar a intolerância religiosa que ainda existe na Bahia. Cadê as pessoas que cometeram, Olívia Santana, aquela “destratação” contra a homenagem a uma grande ialorixá da Bahia, que teve a sua imagem depredada, destruída, a Mãe Stella? Até hoje, ninguém descobriu os seus autores.

Até quando, na terra de todos os santos, Sr. Presidente, vamos ver intolerância religiosa? Diz respeito ao credo, à crença do povo. Fico pasmo de saber que pai Dionata de Xangô, lá de Brumado, teve o seu terreiro de candomblé invadido! Invadido, Olívia Santana, V. Ex.^a que é uma deputada que defende muito a religiosidade das comunidades tradicionais do povo negro trazido para a Bahia, repito, pelo chicote, nos porões da escravidão. Nós não podemos tolerar esse tipo de atitude.

Venho aqui solicitar de V. Ex.^a, que está presidindo o Parlamento na tarde de hoje, solicitar às comissões e solicitar ao Ministério Público um socorro ao pai Dionata de Xangô, em Brumado, e não só para o pai Dionata, também para inúmeros terreiros de candomblé...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) na Bahia, na terra de todos os santos, na terra de todos os Orixás, desrespeitados pela intolerância religiosa.

Viva à fé de cada um, viva, como disse Kant, aos céus estrelados. Como disse Kant... comecei com a filosofia kantiana e terminarei com ela: “Sobre mim, os céus estrelados; e dentro de mim, a lei moral”. Que os homens e as mulheres de bem desta Bahia tenham a moral de repelir a intolerância religiosa.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Parabéns, deputado Eures, pelo pronunciamento.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido o deputado Zó para utilizar o Pequeno Expediente. (Silêncio) Não se encontra.

Eu convido o deputado Pedro Tavares para ocupar a tribuna pelo tempo de até 5 minutos. (Silêncio)

Convido o deputado Fabrício Falcão para utilizar a tribuna no Pequeno Expediente pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: Sr. Presidente da sessão, deputado Zé Raimundo, demais deputados, Sr.^{as} Deputadas, meu boa-tarde a todos e a todas. Primeiro, eu quero aqui parabenizar o município de Licínio de Almeida, ali no Sudoeste da Bahia, naquela região da Serra Geral, pelo seu aniversário de 61 anos de existência.

Licínio é um município pequeno, porém muito conhecido na Bahia, não só pelo seu minério de ferro, que hoje já começa a ter em abundância, dali saem mais de mil carretas por dia de minério, mas pela questão do vento, que agora também favorece a produção de energia limpa e renovável, e por ser um município, professor Zé Raimundo, o senhor que é professor como eu, que ostenta o título, já há 14 anos consecutivos, de melhor Ideb do ensino fundamental I da Bahia, deputado Eures.

Licínio tem na Bahia a ostentação do melhor Ideb, uma educação respeitada e conhecida por todos do estado e pelos que são de fora, é noticiado por vários jornais, em nível estadual e nacional, que vão àquele município conhecer o porquê da excelência de sua educação. Isso mostra que, quando se tem prefeitura com qualidade, com seriedade, se consegue modificar a educação, ostenta hoje esse índice de melhor educação da Bahia, Hilton.

Essa política no município de Licínio de Almeida começou com o prefeito Alan Lacerda e hoje, com o prefeito Frederico, o Fred Vasconcellos, mantém-se essa qualidade de educação impecável, sendo, no Nordeste, a segunda melhor educação no fundamental I.

Então, parabenizar lá tanto o ex-prefeito Alan Lacerda como o atual prefeito, o Dr. Frederico Vasconcellos, que faz e ostenta, em Licínio de Almeida, essa qualidade de educação, referência para a Bahia.

Mas eu também venho aqui falar sobre uma coisa que eu tive o prazer de conhecer. Eu estive ontem, em agenda com o governador Jerônimo Rodrigues, no município de Presidente Jânio Quadros, e vi que o programa criado lá, pensado pelo

prefeito Lélío Júnior e as suas secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, o Comida na Mesa, deputados Hilton, Eures e Olívia, é um programa social que pega as 500 famílias mais necessitadas, presidente Zé Raimundo, com o menor índice em questão econômica de pobreza e miséria... O prefeito criou um programa que coloca...

O valor é pequeno para alguns, mas, para quem precisa, é muito, são R\$ 150 por mês e um cartão social que permite àquela família ter esse recurso do benefício social para a compra de alimentos todo mês. Tem de ter uma série de pré-requisitos: a questão social, a questão da educação... Por exemplo, a família precisa ter seus filhos em dia com a escola, em dia com a vacina, o pai, dentro da questão da vulnerabilidade social, Eures, se não vacinar o filho, não terá direito.

São pedidos vários pré-requisitos para garantir essa renda básica que auxilia no combate e na erradicação da miséria e da fome no município. Isso mostra que, mesmo um município pobre, como é Jânio Quadros, quando tem seriedade com o dinheiro público, consegue fazer com que as pessoas que mais precisam tenham uma renda extra para ajudar na sua economia. O recurso pode ser usado na feira local ou nos supermercados do município, e o beneficiário tem que comprovar com a nota fiscal...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. FABRÍCIO FALCÃO: (...) ou o recibo que o recurso não foi usado com outro produto que não os previstos.

Então, quero parabenizar o prefeito Lélío Júnior por esse programa social importante, que sirva de exemplo para outros municípios da Bahia. Era isso que eu queria falar, muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Fabrício Falcão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido, seguindo a ordem de inscritos, o deputado Roberto Carlos. (Silêncio) Não se encontra.

Deputado Leandro de Jesus, é o seguinte, eu o convido para ocupar a tribuna pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Muito boa tarde a todos aqui presentes, eu cumprimento todos os colegas Ex.^{mos} Deputados em nome do presidente que conduz a sessão, cumprimento também a imprensa e todos os servidores.

Bem, neste dia não poderia falar de outro assunto a não ser o grande evento ocorrido aqui na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia no dia de ontem, uma grande reunião, um grande movimento, vale ressaltar, espontâneo, em que os produtores rurais do nosso estado, das mais diversas regiões, de maneira espontânea, se reuniram e vieram até a ALBA trazer, obviamente, as suas demandas, demandas que são justas. Homens, mulheres representando aqui as suas famílias e trazendo a demanda da busca da paz no campo.

É, obviamente, justo que esta Casa se empenhe, se debruce sobre os projetos e iniciativas necessárias para que os produtores rurais do nosso estado, o nosso agro

continue avançando, uma vez que nós sabemos que o agro é uma grande mola a impulsionar o nosso estado economicamente. Por trás de cada produtor, tem a sua propriedade privada, tem uma família, tem história e tem valores.

Portanto, eu parabenizo aqueles que aqui estiveram ontem, que vieram de longe, das mais diversas regiões, do Sul, do Extremo Sul, do Oeste, enfim, vieram exatamente para cumprir essa missão em defesa dos seus direitos. E, mais uma vez, faço aqui questão de reafirmar a importância da nossa CPI, a CPI que visa investigar os atos ilegais, os atos, muitas vezes, violentos e criminosos por parte do MST, que vem causando terror no campo. É uma obrigação desta Casa.

Mais uma vez, vale ressaltar e reafirmar que não estamos tratando nem iremos tratar, nessa CPI, de reforma agrária, porque sabemos que essa não é a nossa competência. A finalidade, muito óbvia, é tratar das invasões, desses atos e fatos que repercutem, sim, na esfera da segurança pública, uma vez que se tratam de crimes, e crimes violentos, na esfera econômica e social. É, sim, competência, de interesse desta Assembleia e deveria ser também de interesse do governo do estado.

Eu agradeço e volto a destacar os 30 deputados desta Casa que, em ato de coragem, assinaram o requerimento, demonstrando que esta Assembleia, por meio deles, tem compromisso com os produtores rurais, com estas famílias e com o agro.

Nós vamos avançar. Estamos aguardando o parecer jurídico desta Casa exatamente para que possamos avançar e instalar a CPI, cuja finalidade é identificar quem são os financiadores dos atos criminosos, quem são seus executores, seus autores intelectuais, porque, sem sombra de dúvidas, por trás desses atos violentos que devemos repudiar, existe, obviamente, uma organização criminosa que os financia, incentiva e executa, e esta Casa aqui tem esse compromisso.

Mais uma vez, parabéns a todos os produtores rurais do nosso estado! Obrigado por alavancarem e ainda sustentarem a economia da nossa Bahia. Muito obrigado!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido o deputado Ricardo Rodrigues, em permuta com o deputado Matheus Ferreira.

O Sr. RICARDO RODRIGUES: Sr. Presidente, quero falar da minha alegria em ocupar, nesta tarde, a tribuna para dizer que a região de Irecê está em festa. Nós estamos realizando a 22ª Expoagri depois de 2 anos sem realizar aquela grande festa. Do dia 27 a 30, estaremos realizando, fazendo negócios numa região que tem um potencial muito grande.

Ainda há mais alegria para mim sendo o vice-presidente da comissão de Agricultura, e eu quero parabenizar o nosso presidente, Manuel Rocha, e todos da comissão. A requerimento de nossa autoria, nós vamos fazer a primeira sessão itinerante, uma audiência pública durante a Expoagri, quando vamos discutir diversos temas importantes, meu presidente Manuel Rocha.

Eu quero parabenizá-lo porque você está fazendo um mandato extraordinário. Eu, como vice-presidente, fico muito honrado. Você é um jovem da cidade de Coribe e veio para ajudar a Bahia, a agricultura da Bahia. Essa comissão está de parabéns.

Na audiência, nós vamos discutir a respeito das dívidas dos produtores com a AGU e a PGFN, eles estão sendo cobrados judicialmente, tendo até algumas propriedades colocadas em leilões para que o produtor venha a perder o seu maior patrimônio.

Vamos falar, na audiência, sobre o zoneamento. A nossa região, como é conhecido por todos vocês, já foi a maior produtora de feijão do país, e, ao longo de 10 anos, com pouca chuva, nós não voltamos a produzir. Nos 2 últimos anos, com muita força dos produtores, porque eles são incansáveis, estamos produzindo, mas, sem o zoneamento, não temos o financiamento das instituições financeiras. É uma luta nossa, e nessa audiência pública nós vamos poder discutir o zoneamento da região.

Uma outra discussão é a reabertura do escritório do Inema. Nós estamos vendo a sensibilidade do secretário de Meio Ambiente e da diretora do Inema, porque o nosso escritório foi fechado, com isso, demora um pouco para que o produtor tenha a outorga d'água. Sem a outorga d'água, o produtor não tem o benefício da dupla tarifa que a Aneel concede aos produtores que fazem a irrigação das 9 horas da noite às 6 horas da manhã, com até 90% de abatimento, o benefício só é concedido com a outorga d'água.

Estive hoje no Inema e vi a boa vontade da diretora para fazer uma força-tarefa. É essa a indicação nossa também, a reabertura do escritório do Inema lá na região de Irecê.

Quero dizer que estaremos na audiência pública debatendo também sobre a assistência técnica aos miniprodutores e aos pequenos e grandes produtores, para que possamos encaminhar essa questão ao nosso governador Jerônimo Rodrigues, e ele possa nos apoiar na irrigação com a assistência técnica.

Então, ao fim, eu quero dizer mesmo da minha alegria como vice-presidente dessa comissão e por ser da primeira região a receber a sessão itinerante. Quero convidar todos os colegas deputados, os membros da comissão e as pessoas que são votadas, a exemplo, aqui, da deputada Fabíola Mansur e do nosso deputado Cafú, que são votados lá, para que possam nos ajudar a debater as questões da região sobre a agricultura...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) E estou muito mais feliz, Sr. Presidente, porque amanhã o nosso governador vai estar na cidade de Central. Eu fui o deputado mais bem votado daquela região, mas isso não me envaidece, isso só aumenta a minha responsabilidade para trabalhar muito mais. Todos os dias, eu tenho pedido muita sabedoria a Deus com isso.

Vamos estar em Central inaugurando uma escola de tempo integral, Lapão também tem uma escola desse porte, onde foram investidos R\$ 24 milhões, e, nos próximos dias, o nosso governador Jerônimo Rodrigues vai estar na cidade de Lapão, minha querida Lapão, entregando esse grande patrimônio, essa escola de tempo integral.

Muito obrigado a todos pela oportunidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido o deputado Euclides Fernandes. (Silêncio) Não se encontra.

Concedo a palavra à deputada Neusa Cadore. (Silêncio) Não se encontra.

Concedo a palavra ao deputado Raimundinho da JR para utilizar o tempo de até 5 minutos do Pequeno Expediente.

O Sr. RAIMUNDINHO DA JR: Sr. Presidente, boa tarde, nobres colegas, subo nesta tribuna, mais uma vez, com muito orgulho por dar aquela esperança que o povo baiano precisa. Tive a oportunidade de estar ontem junto do nosso governador Jerônimo, com quem eu estive também no final de semana acompanhando, mais uma vez, a tragédia que aconteceu nas cidades de Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro e Guaratinga.

Eu tive a oportunidade de convidar o prefeito de Porto Seguro, Jânio Natal, para que a gente pudesse ter esse entendimento com o governador. Lá estava o governador atendendo com tanta naturalidade, e o que ele falava é que o palanque já foi desarmado, que ele estava lá para representar o povo baiano. Porto Seguro foi agraciado com diversas recuperações de estradas, rodovias, a recuperação da malha rodoviária, que também foi atingida pelas chuvas.

E eu quero deixar aqui o abraço do nobre deputado Raimundinho da JR para o pessoal de Porto Seguro, porque tivemos uma votação expressiva naquela cidade, e não poderia ser diferente, não poderíamos deixar de ter um olhar especial neste momento de dificuldade.

Ontem tivemos essa reunião muito importante, quero também, hoje, nesta tribuna... Eu vi o governador numa entrevista a Mario Kertesz na qual ele falava que a gente precisa ter consciência, e Mario Kertesz perguntou: “Governador, o senhor estava na pipoca de Ivete Sangalo?” E ele respondeu: “Mario Kertesz, os políticos, no momento da campanha política, ficam no meio do povo, e não seria justo, naquele momento, o governador estar no ar-condicionado, nos camarotes”. É por isso que ele estava ali no meio do povo, na pipoca, prestigiando também o povão. E ele, para mim, ganhará muito com esse tipo de atitude e com a sua simplicidade. Jerônimo e Geraldinho são pessoas que vieram para marcar a nossa Bahia, porque a gente precisa ter pessoas comprometidas com o povo mais simples.

Quero também, aqui, hoje, dizer que há um motivo de muita alegria lá na cidade de Dias d'Ávila, Sr. Presidente. Nós estamos passando por uma situação degradante com o rio da cidade, e eu fiz diversas solicitações, pedindo para a Embasa, ao governo do estado, e hoje os trabalhos de limpeza daquele rio começaram. E eu estou muito feliz por poder estar aqui, hoje, dividindo essa alegria com o povo de Dias d'Ávila, que tanto me pede, naquela cidade, a limpeza do nosso rio. E vi hoje que quando a gente quer a gente pode. Eu consegui a proeza após muitos anos que aquele rio da Nova Dias d'Ávila estava pedindo socorro, e o nosso pedido foi atendido.

Eu estou aqui, hoje, para agradecer, mais uma vez, à equipe do governo do estado, porque está tendo um olhar muito especial e o nosso pedido hoje foi atendido.

Quero dizer da minha satisfação de estar aqui. E dizer também ao nobre deputado Ricardo, essa pessoa maravilhosa, que está aqui, hoje, fazendo parte da nossa equipe,

que amanhã estarei em Irecê juntamente com ele, prestigiando aquele grande evento. E eu tenho a certeza de que ele vai fazer uma recepção calorosa, como ele já deixou aqui o convite para todos os colegas que queiram ir a Irecê amanhã.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

Ricardinho, virei seu fã, pela que você tem feito e eu tenho acompanhado as suas atitudes. Parabéns, Ricardinho. Estou junto com você nessa luta em busca de ter mais conceito, principalmente na área da saúde. Tamo junto!

Um grande abraço a todos e boa tarde!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu convido a deputada Olívia Santana para falar, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas.

Eu venho a esta tribuna para me pronunciar, primeiro, parabenizando a Secretaria do Trabalho e a Secretaria de Turismo, o secretário do Trabalho, Davidson Magalhães, e o secretário de Turismo, Maurício Bacelar, que na manhã de hoje reuniram todo o *trade* turístico da Bahia para anunciar os investimentos na área de qualificação profissional para as pessoas que trabalham na área do turismo.

Então, o investimento, nessa primeira etapa, foi de 2,8 milhões em formação de mão de obra mais especializada para atender, deputado Zé Raimundo, a esse segmento que é tão importante para um estado como a Bahia. Considerando que, por exemplo, a Chapada Diamantina é considerada um dos melhores destinos turísticos do Brasil, considerando o que significa a capital baiana com suas praias, sua força cultural e, ao mesmo tempo, sua paisagem que atrai gente do mundo inteiro, são fundamentais esses investimentos que o governador Jerônimo Rodrigues vem fazendo através dessas secretarias que eu aqui citei. Então. Eu estive presente, também a deputada Soane compareceu ao Hotel Fiesta. E ficamos, realmente, com muita esperança na retomada do turismo no estado da Bahia.

A outra questão, presidente, a que eu quero, aqui, fazer referência é o PL nº 2.630, de combate às *fake news*, o projeto de lei que institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet. Eu quero parabenizar o meu querido amigo baiano, o deputado federal Orlando Silva, que é o relator desse PL que é tão importante para a democracia. A internet não pode continuar sendo vista como uma terra sem lei, um espaço, um ambiente virtual em que tudo se pode: as violências, as mentiras, as *fake news*, a violação de direitos, os grupos de ódio que, inclusive, instrumentalizam adolescentes, manipulam psicologicamente as pessoas para a realização de crimes absurdos, deputado Hilton, deputado Eures.

Portanto, nós, de fato, temos que aplaudir a Câmara dos Deputados que aprovou, ontem, a urgência urgentíssima para a votação desse projeto que em breve se tornará lei. E é um absurdo a gente ver que um ex-promotor de Justiça, que se acostumou com a mentira, o Deltan Dallagnol, foi correndo para as redes sociais dizer que esse projeto

não poderia ser aprovado, deputado Hilton, porque aquilo seria um cerceamento dos cristãos, das pessoas que querem ter a liberdade de expressão.

Isso é uma manipulação da fé das pessoas, isso é uma distorção do conceito de liberdade de expressão. A sua liberdade de expressão não pode ser caracterizada com a violação...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) do meu direito de existir. Não pode ser caracterizada com a violência em relação à verdade. E a internet precisa ser um ambiente de responsabilidade, de zelo pela verdade para que a gente possa, aí, sim, expressar livremente nossas opiniões com o compromisso com a verdade, a liberdade, e o respeito a todas e todos. Então, fica, aqui, a nossa celebração...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) por mais um passo que a democracia deu na direção do enfrentamento às redes de ódio nas redes sociais.

Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, Olívia Santana.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O líder Robinson... Havia pedido questão de ordem, Robinson? (Pausa) Não, não tem questão de ordem. Seguindo, portanto, eu convido o deputado Felipe Duarte, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Robinson Almeida: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Robinson, questão de ordem ou...

O Sr. Robinson Almeida: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Robinson Almeida: Nós estamos aqui conversando com os deputados, com as lideranças, para ver como a gente conduz a votação em relação aos projetos de autoria dos deputados. Então, eu queria que V. Ex.^a avaliasse a possibilidade de, após o Pequeno Expediente, suspender a sessão por uns 10 minutos para ver se a gente chega a um entendimento.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao deputado José de Arimateia, para utilizar o tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, todos que nos acompanham através da *TV Assembleia*, eu venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para registrar que hoje eu participei da abertura de uma mesa redonda na qual debatemos as políticas públicas para a pessoa idosa, a frente nacional em defesa do idoso. E na oportunidade eu apresentei o trabalho que já está em andamento nesta Casa em defesa dos idosos para que nós possamos unir forças para que tudo que está sendo programado, planejado possa se efetivar.

Nós sabemos, Sr. Presidente, que existe um crescimento da população idosa. Para vocês terem ideia, de 2012 a 2021 aumentou em 44,1% no estado da Bahia; 44,1%. Em nível nacional, o crescimento foi de 39,8%. E nós precisamos, o próprio governo, tanto o federal como o estadual e os prefeitos, estar cientes de que as políticas públicas para os idosos precisam ser efetivadas. Nós não podemos mais ficar só no discurso, Sr. Presidente. Nós sabemos que, se hoje as políticas públicas em benefício da pessoa idosa não estão funcionando, parte dessa culpa é dos gestores municipais porque sequer criaram no município um conselho municipal para o idoso. Existem centenas e centenas de municípios da Bahia que não têm o conselho municipal para o idoso.

Então, isso é uma falta de respeito! Isso é uma falta de responsabilidade dos gestores. E o pior é que está passando de geração em geração. Os governos municipais têm feito vista grossa à causa do idoso. E nós não podemos calar a boca aqui, nesta Casa. E essa frente, essa mesa redonda que aconteceu hoje, e eu participei, ela vem somar.

No mês que vem, no dia 11 de maio, nós teremos aqui uma sessão especial em que estaremos lançando a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Então, temos muito a falar com respeito a essa frente, como também do fortalecimento das políticas públicas para a pessoa idosa, que precisam existir.

Mas, Sr. Presidente, um outro assunto que eu trago aqui...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

Eu queria que os Srs. Deputados no Plenário fizessem... Sr. Presidente, Sr. Presidente, eu gostaria de que V. Ex.^a garantisse a minha voz ou então mandasse aumentar mais o som do microfone para poder...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu peço atenção ao Plenário porque há um orador na tribuna. Embora ele esteja sendo ouvido por todas as redes sociais, ele quer ser ouvido aqui também.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Sr. Presidente, é claro! Nós estamos aqui, nós não podemos deixar passar despercebida essa questão, o assunto que está sendo tratado aqui. Eu não estou, aqui, falando só para as redes sociais, nem para a *TV ALBA*, estou falando para os deputados também. Os deputados têm que olhar, ouvir, discutir, enfim.

Mas, Sr. Presidente, nós tivemos hoje na Comissão de Meio Ambiente a apresentação do relatório do TCE sobre sabe o quê, Sr. Presidente? Sobre os recursos hídricos na Bahia, como está a política dos recursos hídricos na Bahia.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, V. Ex.^{as}, deputados, precisam estar atentos a isso aqui, isso aqui é muito sério, questões de auditoria do Tribunal de Contas do Estado. Os instrumentos da política hídrica na Bahia. A coisa está feia, a coisa não está boa! Está aqui, olhem: os resultados obtidos contribuem para o alcance dos objetivos esperados, principalmente falando sobre a bacia do Rio de Contas, em Itacaré. Falaram...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) sobre a bacia do Rio Grande, em Barreiras; a cobrança pelo uso dos recursos hídricos; o Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia. O TCE falou também sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos, falou sobre o plano de bacias e respectivos enquadramentos dos corpos d'água dos 16 comitês.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E dos 16 comitês, Sr. Presidente, 2 não possuem comitê da bacia. E dos 14 comitês que possuem comitê da bacia, 9 não possuem planos em enquadramento aprovado e não foram constatadas ações para os 5 restantes.

Então, Sr. Presidente, esse aqui é um assunto sério, isso aqui é um assunto que diz respeito à questão da administração da água em benefício do povo baiano. O governo precisa acordar!

O Tribunal de Contas diz também que ele determinou explicações do governo, pediu explicações ao governo, e deu 120 dias para que o governo possa sanar as irregularidades.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Para concluir, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para concluir, que o horário está estourado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATEIA: Para concluir, com a tolerância de V. Ex.^a.

Nós não podemos estar cometendo o mesmo erro, Sr. Presidente. O Tribunal de Contas já vem, anos após anos, avisando para o Estado, e o Estado não toma providências! Isso é uma falta de respeito ao Tribunal de Contas do Estado!

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de deixar registrado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, nobre deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Passaremos agora aos horários partidários. Foi feito um acordo para entrarmos logo nesse horário, correto, líderes?

(Intervenção fora do microfone.)

Segundo informação das lideranças, teria...

Grande Expediente.

Eu concedo a palavra ao deputado Robinson Almeida, pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, membros da imprensa, a audiência que nos acompanha aqui, nas Galerias, e pela TV ALBA, eu queria, na tarde de hoje, fazer uma reflexão sobre esses primeiros meses do ano de 2023 e as mudanças que estão ocorrendo no Brasil e na Bahia.

Nós tivemos, pela vontade soberana do povo brasileiro, a mudança no comando do governo federal. O Brasil que nos últimos 6 anos, desde o *impeachment* da presidenta Dilma, viveu a maior recessão econômica da sua história recente; o Brasil que viveu um período de ataques aos direitos dos trabalhadores com as reformas regressivas da Previdência, a reforma trabalhista; o Brasil que viu o desemprego aumentar de forma galopante nesses últimos anos; o Brasil que, como o mundo, conviveu com a maior crise sanitária de todos os tempos com a pandemia do coronavírus; o Brasil que foi maltratado, nesses 4 anos, com a ascensão da extrema direita ao comando do Executivo nacional, que desfechou um ataque sem precedentes às garantias individuais, às universidades, à educação, à ciência, à tecnologia, à cultura; o Brasil que fez uma involução civilizatória; o Brasil que caminhou em direção à barbárie; o Brasil das *fake news*; o Brasil da mentira; o Brasil do ódio; o Brasil das armas substituindo os livros; o Brasil que, pensavam eles, seria capaz de ser aquela nação que não protege os seus filhos; mas o povo brasileiro, especialmente o povo do Nordeste, o povo baiano em particular, o povo pobre, o povo negro, o povo trabalhador reagiu e deu uma vitória espetacular ao presidente Lula na eleição passada.

A maior vitória numa disputa presidencial, porque derrotou um presidente sentado na cadeira, que usou a máquina como nunca se viu na história deste país, deputada Fátima Nunes. Ele mudou a Constituição várias vezes para dar benefícios: auxílio-caminhoneiro, auxílio-taxista, aumentou o valor do Bolsa Família, que era combatido em tempos atrás, tudo para ganhar a eleição. Mas, mesmo assim, o povo brasileiro reagiu e venceu a eleição.

E aqui, na Bahia, nós conseguimos, com a liderança do governador Rui Costa, com a liderança do ex-governador Jaques Wagner, manter o projeto e Jerônimo Rodrigues se tornou o primeiro indígena governador da Bahia. Em todo lugar, seja num *shopping* de Salvador, seja numa aldeia indígena, seja num quilombo, Jerônimo, nosso governador, é identificado como um dos nossos, filho do nosso povo, de um vaqueiro e de uma costureira, que pela primeira vez sentou-se na cadeira de governador na Bahia. Sinal desses novos tempos é que a mudança iniciada, em 2006, com Jaques Wagner mantém frutos muito proveitosos para o povo, transformados em políticas sociais, em qualidade de vida.

E, nesses 4 meses, o presidente Lula começou a reconstruir o Brasil, a reconstruir a base social que foi completamente dilapidada na assistência e nos direitos. Programas vitoriosos como o Minha Casa, Minha Vida, que foi relançado aqui, na Bahia, em Santo Amaro; a política de fortalecimento do SUS com a recriação do Mais Médicos e o fortalecimento dos investimentos na saúde pública; a valorização da educação com a recomposição orçamentária das universidades federais; e as ações estruturantes de combate à fome, especialmente o aumento do Bolsa Família, a retomada desse programa que busca botar comida de manhã, meio-dia e à noite na mesa dos brasileiros e das brasileiras.

E o presidente Lula não descuidou do mais importante: resgatar a imagem do Brasil em nível internacional. Porque o Brasil, infelizmente, tinha virado um pária em que ninguém investia R\$ 0,01 sequer porque não confiava no presidente anterior e na

condução do nosso estado, baseada em uma submissão completa a Trump e à nação americana. E o presidente Lula voltou a rearticular os países da América Latina, a dar protagonismo ao Mercosul, a retomar as relações diplomáticas com todos sob a liderança do Brasil, voltou a olhar para a África, para a Ásia, fez uma viagem muito exitosa para cumprir uma agenda de relacionamento com uma das potências econômicas mundiais, que é a China.

E agora está na Europa, está em Portugal, está na Espanha, dizendo ao mundo que é necessário retomar a agenda da paz, que é necessário reconfigurar a ONU porque a ONU de hoje não representa mais o desenho, o arcabouço como ela foi construída há 50 anos. E o Brasil precisa ter um espaço, ter uma voz muito mais ouvida do que é hoje no monopólio dos cinco países que têm direito a veto nessa instituição. Então, o presidente Lula recoloca o Brasil na cena. Por isso, em todo lugar por que passa ele é saudado com a seguinte expressão: “O Brasil voltou. Voltou o Brasil da civilidade. Voltou o Brasil do diálogo. Voltou o Brasil que cuida do seu povo, da sua gente.” E é por isso que Lula também pode ser colocado como sinônimo da esperança.

A Sr.^a Fátima Nunes: V. Ex.^a me concede um aparte?

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Um aparte para a deputada Fátima Nunes.

A Sr.^a Fátima Nunes: Meu caro deputado Robinson Almeida, desculpe-me por te interromper, porque V. Ex.^a está fazendo um discurso maravilhoso. Mas eu quero lhe parabenizar, como filha daquela terra de Paripiranga onde eu e V. Ex.^a somos muito bem votados, dizer da nossa alegria porque agora essas políticas sociais que melhoram a vida das pessoas estão chegando para aliviar as dores e o sofrimento do nosso povo que, lamentavelmente, sofreu muito nesses 4 anos.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

E a gente sabe que não é fácil disputar o tempo inteiro com aqueles que só querem para eles e para os deles. Por isso mesmo é que ontem aqui, na Assembleia, a gente viu uma reunião, uma cena e várias palavras contra a nossa classe trabalhadora, contra os que lutam, contra aqueles que querem terra. Mas Lula volta exatamente para fazer a reforma agrária.

Então, quero lhe parabenizar e dizer da nossa alegria também porque a primeira mulher que foi presidenta deste Brasil, sucessora do presidente Lula, passou agora a assumir o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), o banco do BRICS. Essa é a nossa alegria. E a outra, para completar, é que a esposa do nosso querido presidente, a nossa companheira Janja, foi convocada e aceitou ser uma coordenadora mundial das organizações que lutam para combater as desigualdades sociais.

Ou seja, Lula volta não só para cuidar do Brasil, mas também do mundo, cuidar dessas relações mundiais, fortalecendo e colocando sempre a soberania do nosso país em alta.

Muito obrigada por sua tolerância.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Eu que lhe agradeço, e incorporo as suas palavras, especialmente a referência à nossa querida Paripiranga.

Mas aqui, na Bahia, Sr. Presidente, o governador Jerônimo começou esses 4 meses num ritmo alucinante porque ele tem, diferentemente do presidente Lula, uma herança benigna, ele tem um legado de várias obras iniciadas no governo Rui Costa, quando ele era secretário da Educação, e que agora estão sendo entregues semanalmente ao povo da Bahia. Já foram cerca de 15 escolas de tempo integral. Amanhã mesmo, foi anunciado, será entregue uma nova escola lá no município de Central, na região de Irecê. E nós temos essa agenda do governador sendo trabalhada para que rede de extensão de água, unidades de saúde, escolas de tempo integral, novas delegacias, todos esses equipamentos que prestam serviço público ao nosso povo sejam inaugurados nesse último período.

Portanto, eu acho que o governador Jerônimo começou com o pé direito. Chegou chegando.

E tem os desafios estruturais que não são só da Bahia. Tem a questão da segurança pública. A questão da segurança pública, todos aqui sabem, que é um problema nacional. O Brasil, deputado Euclides, não planta um pé de coca, mas é um dos maiores consumidores do mundo. E é o tráfico dos derivados da coca, a cocaína e, especialmente, o crack, que é o responsável por essa violência urbana.

Se nós não redefinirmos os papéis dos entes federados, da União, dos estados e municípios, não tem como resolver o problema na ponta. O constituinte quando, em 1988, definiu que eram competência dos governos estaduais as políticas de segurança, estava certo com o olhar para aquela época, mas 35 anos depois não cabe mais. Hoje, nós temos que redesenhar um novo pacto. Eu defendo um sistema único de segurança pública, à semelhança do que fizemos com o Sistema Único de Saúde, para que os municípios cumpram o seu papel na prevenção, para que os estados cumpram o seu papel na repressão, para que o governo federal financie as políticas, treine os nossos homens, organize a inteligência, vigie as fronteiras para que o tráfico não fique passeando no Brasil pelo ar e pela terra. São essas as ações que precisam ser redefinidas. E, além do mais, um forte investimento na área social para a gente ter prevenção e os nossos jovens terem a oportunidade e não serem seduzidos pelo tráfico de drogas.

A questão da saúde... Aqui é muito comentada a situação da regulação. A regulação é um sistema que traz inteligência para cuidar da saúde, porque antigamente, no passado, antes de Wagner chegar ao governo, o que existia era a ambulância-terapia, os doentes andavam nas ambulâncias, batendo de hospital em hospital para ver se tinha vaga para o seu procedimento, e agora ficam internados e um mapa, usando inteligência, diz onde é a vaga e a regulação sai quando o leito está disponível.

No passado, não havia registro dos milhares de óbitos que ocorriam por falta de assistência à saúde, e de lá para cá foram quase 20 hospitais construídos, 27 policlínicas, a oferta de leitos de UTI ultrapassou mais de 1.000% no estado. Ainda precisa? Precisa, e o governador Jerônimo se comprometeu a fazer sete novos hospitais na Bahia e vai construir em vários territórios para ampliar ainda mais a oferta de leitos.

Então, a preocupação fundamental para esse Sistema Único de Saúde funcionar na Bahia é o papel da atenção básica de saúde, porque se o prefeito não bota o posto

para funcionar, se o prefeito não contrata um agente comunitário de saúde, se não contrata um enfermeiro, se não contrata o dentista, uma pessoa que tem diabetes, que tem pressão alta evolui para um problema mais grave e vai superlotar as unidades de saúde.

Prevenção também para o uso das motocicletas, responsáveis pela ocupação dos leitos de UTI em acidentes gravíssimos. Ex-deputado Vandilson, que aqui nos prestigia, os acidentes automobilísticos têm um impacto fundamental na rede de saúde. E nós devemos desenvolver campanhas educativas, deputada Fabíola, porque V. Ex.^a é da área, porque quando chegam sexta, sábado e domingo mais da metade das UTIs, dos leitos são ocupadas pelos acidentes automobilísticos, e muitas vezes os condutores sem capacete, dirigindo embriagados, provocando esses acidentes e refletindo na saúde.

Então, o governador Jerônimo enfrentou o desafio de cuidar da saúde pública, enfrentou o desafio de não permitir que os nossos baianos e baianas fiquem sem assistência. Então, nesses 4 meses, o que nós estamos vendo é um governador preocupado com o presente e preocupado com o futuro da Bahia. Por isso que ele foi à China, por isso que ele foi aos Emirados Árabes. Ele foi lá para fazer o que os que governaram aqui no passado nunca fizeram, que é planejar a Bahia para dar saltos em sua infraestrutura, é construir uma ponte que abrace Salvador e Região Metropolitana ao Recôncavo e ao Baixo Sul, a fim de interiorizar o desenvolvimento, que leve oportunidade para alguns territórios que representaram muito na economia baiana e, hoje, perderam espaço pela nova lógica de desenvolvimento.

O governador foi buscar e atrair a indústria de ponta, como a BYD para se implantar em Camaçari. A Bahia, novamente, produzirá carros, agora, com alta tecnologia, com tecnologia de ponta de carros elétricos. É o governador que foi equacionar o problema da mobilidade urbana de Salvador.

Falem o que quiserem! Mas Salvador destravou. Salvador andou quando o PT puxou, para si, a responsabilidade da mobilidade urbana ao ter trazido o metrô para a gestão do governo do estado. Salvador andou quando abriu as avenidas estruturantes da capital ligando a Orla Atlântica até o Subúrbio e Pirajá. Essa foi a revolução a que nós assistimos na mobilidade urbana de Salvador. Ela continua com o metrô estendido, agora, chegando à região de Cajazeiras.

Isso não deve parar aí, deputada Maria del Carmen, porque a senhora é conhecedora da mobilidade urbana e sabe que o nosso povo tem de ampliar, ainda mais, a malha de metrô, que já é a segunda do país.

No entanto, Salvador carece, ainda mais, de infraestrutura, como o BRT que tem de ser implantado na Avenida 29 de Março. É esta a mobilidade que fará com que o nosso povo tenha qualidade de vida, a fim de não ficar, durante 4 horas, dentro do transporte coletivo, privando-se do convívio que poderia ter com os seus filhos e com a sua família, e não estar preso nos engarrafamentos da cidade.

Então, é esta a revolução liderada pelo nosso governador Jerônimo.

Há um tema que eu não posso deixar de falar, Sr. Presidente. Trata-se da questão da terra que tem sido objeto de muito debate nesta Casa. Eu quero saudar todos os que

fazem o debate. Eu quero, inclusive, dizer que, para mim, foi motivo de alegria ver tantos produtores, ontem, nesta Casa, talvez, pisando pela primeira vez neste terreno e utilizando a Casa da Democracia para expor as suas opiniões e os seus argumentos.

Digo isso porque este contraditório é muito importante para a gente ter, aqui. De um lado, há os que querem terra para trabalhar, para produzir, para viver. Do outro lado, há os que querem terra para desenvolver as suas atividades econômicas, os seus negócios e os seus lucros.

O que eu defendo é que a gente agilize a reforma agrária no Brasil! Defendo que a gente dê oportunidade àqueles que não têm terra para poder viver com dignidade, para não ficarem no submundo das periferias das grandes cidades, sendo vítimas da violência urbana.

Há aqueles que têm terras improdutivas. Esses têm de ter a atitude e a dignidade de reconhecer que a terra improdutiva é um desserviço ao país, porque ela não serve para nada, ela não produz alimento, ela não produz uma vida saudável, enquanto 33 milhões de brasileiros passam fome.

Então nós temos de acabar com esta dicotomia, que coloca a criminalização daqueles que lutam pela terra. Os que lutam pela terra estão lutando pela comida, estão lutando pela sobrevivência, deputado Hilton. Esses têm de ser respeitados, porque este é um direito fundamental de todo ser humano, qual seja, o de lutar pela sua existência e lutar pela sua sobrevivência.

Sou absolutamente contrário que qualquer estatuto legal seja atacado no processo de discussão da reforma agrária no país. Também sou contrário que se organizem milícias no campo para usar a força da arma em substituição da força do argumento.

Infelizmente, o ex-presidente liberou a rodo, armou grande parte da população, aí, sem nenhum critério. Por isso, há um temor de que esses casos possam se desdobrar em uma violência ainda maior.

Eu quero, inclusive, me solidarizar com o deputado Eduardo Salles. Todo mundo sabe que o deputado Eduardo Salles é ligado ao setor produtivo da agricultura e dos grandes proprietários. No entanto, ontem, ele foi hostilizado no evento. Eu quero trazer a minha solidariedade a Eduardo, porque ele foi, lá, defender uma bandeira justa, a bandeira do diálogo. Essa bandeira foi, ontem, vaiada e hostilizada por alguns. Eu sei que não foi a totalidade intolerante que, infelizmente, age pelo ódio, e não pela razão. Por isso, a minha solidariedade ao deputado Eduardo Salles que conduziu esse assunto com bastante equilíbrio. Infelizmente, ele não foi compreendido pelos seus pares.

Então, Sr. Presidente, quero finalizar a minha fala mandando um abraço ao povo de Piritiba, na Bahia. Há duas grandes notícias para Piritiba. A primeira é que vai chegar água boa, encanada e de qualidade, lá, no distrito da Cigana. A Embasa começa, na próxima semana, as obras que vão atender às centenas de família, ou seja, quase R\$ 500 mil em investimentos.

Eu quero saudar o ex-vereador, o Nivaldo Padre, porque é a liderança da região e teve papel importante; saudar a prefeitura; saudar todos os envolvidos. Ao mesmo

tempo, quero agradecer ao governador Jerônimo por ter atendido a esse pedido do nosso mandato. A comunidade da Cigana vai ter água de qualidade.

Quero, também, falar de outra boa notícia para Piritiba. Ontem, em audiência com o secretário Sérgio Brito, na Secretaria de Infraestrutura, foi assegurado que o povoado de Porto Feliz, um povoado de mais de 3 mil habitantes, localizado às margens da Estrada do Feijão, vai entrar na licitação para ter telefonia celular móvel, pois esse povoado não tem e, agora, vai passar a ter, com essa licitação, ainda este ano, para contratar a empresa que vai fornecer os dados de telefonia móvel, para o povo se conectar.

Todos nós sabemos, deputado Vitor, que a questão da inclusão digital, hoje, é tão importante quanto o acesso à energia elétrica, quanto o acesso à água, porque há aqueles que não têm acesso à internet hoje e estão excluídos da informação, estão excluídos do negócio, estão excluídos do conhecimento e estão vivendo fora da sociedade. Parabéns, Porto Feliz, por essa conquista! Nós vamos continuar acompanhando.

Por fim, Sr. Presidente, quero saudar a iniciativa dos deputados por dedicar a sessão de hoje para que sejam votados projetos de autoria dos parlamentares. Eu conversei com o líder Rosemberg. O encaminhamento e o acordo foram feitos ontem; entabulado com o líder Alan Sanches. Bem, para ir à votação, os projetos de lei, de autoria dos deputados estaduais, têm de ter a aprovação, anteriormente, na Comissão de Constituição e Justiça.

Então, todos aqueles projetos de lei aprovados, segundo acordo firmado, irão ser submetidos à votação soberana dos deputados nas tardes desta e da próxima quarta-feira. Quanto aos projetos de honrarias, esses, também, serão colocadas para a apreciação. Vamos apreciar em bloco os projetos de resolução de honrarias que têm acordo no conjunto de deputados. Quanto aos projetos que não obtiverem acordo, a sugestão é a de que a gente trabalhe, durante a semana, para construir um acordo, a fim de que possam ser votados na próxima semana.

É este o entendimento, Sr. Presidente.

Agradeço pelo tempo e pela tolerância.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Vitor Bonfim: Sr. Presidente, questão de ordem. Deputado Zé Raimundo, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem do deputado Vitor Bonfim, no microfone.

O Sr. Vitor Bonfim: Sr. Presidente, eu quero pedir a verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

A Sr.^a Olívia Santana: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Questão de ordem da deputada Olívia Santana. Por favor, som para a deputada Olívia Santana.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Agora, falará a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a Olívia Santana: Aqui, presidente.

A minha questão de ordem diz respeito ao acordo de votação estabelecido, hoje. Ontem, discutindo com o nosso líder Rosemberg, aliás, não só ontem, há semanas, nós já vínhamos tratando deste assunto e pedindo votação. Há muito tempo, eu venho pedindo a votação. Nós já estamos no 4º mês deste mandato, desta primeira sessão legislativa. Até agora, não houve votação.

O líder Rosemberg assegurou, no acordo, que votaríamos um projeto de lei ou uma comenda. Depois da discussão, eu reagi. Pedi que fosse um projeto de lei e uma comenda ou um título de cidadã ou cidadão baiano. Isso ficou pacificado, ontem.

Hoje, aqui, já há uma mudança no acordo, não é?

Há a retirada de um projeto de interesse público, o projeto que proíbe o uso de pistolas de jato d'água, presidente, nas festas populares de Salvador. É o projeto aprovado na CCJ. Qual era o critério? Os projetos aprovados na CCJ. O meu projeto de lei foi aprovado. É um projeto que atende a uma necessidade das mulheres, mas esse projeto deveria ser de interesse de todos os homens desta Casa. Entendeu, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputada.

A Sr.^a Olívia Santana: Os deputados homens sabem disso, pois muitos deram entrevista ao concordar com o projeto. Agora, acontece um artifício, de última hora, para retirar o meu projeto de pauta.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputada.

A Sr.^a Olívia Santana: Então, eu não vou admitir isso. Entendeu, presidente? Acho um absurdo que aconteça a retirada de um projeto tão importante para nós, mulheres. Esse projeto deveria ser não só responsabilidade minha...

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, deputada.

A Sr.^a Olívia Santana: (...) mas de responsabilidade do coletivo desta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Há uma questão de ordem.

A Sr.^a Olívia Santana: Então, eu não vou aceitar isso!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Há uma questão de ordem na Mesa para verificação de quórum para continuidade da sessão. A questão de ordem foi colocada pelo deputado Vitor Bonfim.

O Sr. Alan Sanches: Para contradizer, eu queria fazer uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, depois de passarmos fevereiro, março e já estarmos em abril, nós conseguimos, hoje, tentar iniciar a construção para a votação dos projetos de autoria dos deputados e das deputadas.

Estive, há 2 dias, conversando com o presidente da Casa. Eu lhe disse que nós precisávamos fazer a votação de projetos de autoria dos deputados e das deputadas, também. Havia projeto de honraria, utilidade pública e diversas coisas necessárias para o mandato de cada parlamentar nesta Casa.

A partir daí, o deputado Rosemberg, atualmente licenciado, uma licença médica, deixou orientado, junto com Samuel, nosso representante, e com o deputado Robinson Almeida, fazer um acordo.

Quanto ao primeiro acordo, a gente tem de falar acordo. Acordo é quando é bom para os dois lados, em qualquer lugar do mundo. Fizemos um acordo que o primeiro pré-requisito seria que os projetos, para evitar polêmica, aqui, tivessem sido aprovados na CCJ. A CCJ não julga o mérito, pois vai pela legalidade, ou seja, a constitucionalidade daquele projeto. Pronto. Isso, para que a gente evitasse.

Quando a gente parte para um acordo, não quer dizer só o primeiro pré-requisito ser aceito, que foi passar na CCJ. Se existe polêmica no projeto de um colega, não é melhor que a gente amadureça esse projeto, discuta com a liderança para que traga para aqui? Porque, caso contrário, esse projeto não será votado, mas será solicitado vista, e acaba sendo ruim para o próprio parlamentar.

O que nós pedimos?

Se esperamos até agora, nós podemos colocar, com a sua tolerância, Sr. Presidente, na próxima semana. Não há objeção nenhuma da Bancada da Oposição. Mas se existem alguns colegas que estão desconfortáveis com qualquer projeto, eu só peço isso, porque isso, aí, não faz parte do acordo, para que não inviabilize.

Falando nisso, inclusive, na nossa bancada, existe um projeto de honraria que nós retiramos, porque se trata de uma polêmica. Vamos amadurecer e tentar fazer um acordo para a semana que vem. Sendo assim, é o que eu peço ao deputado Robinson, da mesma forma.

Estendendo, agora, para entrar na minha questão de ordem, depois de contextualizar todo o acordo feito, peço ao deputado Vitor Bonfim para que seja generoso, como sempre foi, e retire a questão de ordem para a verificação de quórum, porque existia um acordo de lideranças para a votação.

Então, a minha bancada não vai pedir a verificação. E a Bancada do Governo, honrando o acordo feito, porque o acordo feito foi para que a gente votasse os projetos de autoria dos deputados.

Mas se não houver isso, a gente vai acabar dizendo o seguinte: não haverá mais acordo entre lideranças, porque o acordo de lideranças foi para que a gente votasse, e não fizesse isso.

Então eu apelo para o bom senso do meu amigo, do meu amigo que eu posso encher a boca e dizer, meu amigo Vitor, que seja, mais uma vez, generoso e retire a sua questão de ordem para a gente dar continuidade a esta sessão.

Caso ele não faça isso, eu peço a V. Ex.^a, Sr. Presidente, contar o tempo regimental de 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

A questão de ordem do deputado Vitor Bonfim está na Mesa. Ao não retirar a questão de ordem, eu peço...

O Sr. Robinson Almeida: Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, Robinson.

O Sr. Robinson Almeida: Todo deputado é livre para pedir verificação de quórum. Eu quero dizer que o pedido de verificação de quórum não é orientação da Bancada da Maioria. Mas como há legitimidade de o deputado pedir, eu quero que o senhor marque o tempo necessário e convoque os deputados para atenderem à questão de ordem do deputado Vitor Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

Solicito zerar o painel e contar o tempo regimental de 15 minutos.

O Sr. Vitor Bonfim: Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para que os Srs. Deputados...

O Sr. Vitor Bonfim: Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Vitor Bonfim: Eu retiro a minha questão de ordem.

Mas eu quero, então, fazer um apelo a V. Ex.^a, qual seja, suspender esta sessão pelo prazo de 15 minutos, a fim de buscarmos um consenso em relação aos projetos de lei a serem votados. Tem alguns projetos de lei aprovados na CCJ. Esses passaram na comissão temática. Quanto a esses, não existe polêmica nenhuma. Esses podem entrar no processo de votação.

Então, digo isso para que a gente possa analisar com mais tranquilidade os projetos de lei. Vejam, a lista original, prevista para ser votada na manhã de hoje, sofreu alteração, não é?

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto!

O Sr. Vitor Bonfim: Então, eu retiro a minha questão de ordem.

Solicito a V. Ex.^a suspender esta sessão pelo prazo de, até, 20 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Muito bem! Não havendo mais questão de ordem na Mesa, há a solicitação para a suspensão da sessão.

O Sr. Samuel Junior: Suspender por, até, 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Calma!

Eu vou botar, até, 25 minutos, porque são 15 deputados. Se cada um falar 1 minuto, são 15. Então, até 25 minutos, a sessão está suspensa. Até! Tendo acordo, a gente volta com 8, 9, 10 ou, até, 25 minutos.

(Sessão Suspensa.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Reabro os trabalhos após a suspensão de 25 minutos.

O Sr. Robinson Almeida: Presidente, pela ordem.

O Sr. Samuel Junior: É melhor solicitar mais 10 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pela ordem, o deputado Robinson.

O Sr. Robinson Almeida: Sr. Presidente, nós fizemos uma reunião envolvendo, ali, as lideranças das Maioria e Minoria e todos os deputados que quiseram participar. Nós chegamos a um entendimento que eu vou relatar. Os deputados fiquem à vontade para apartear, caso haja alguma imprecisão ou discordância, em relação ao conversado.

Primeiro lugar, há o esforço da Assembleia em votar os projetos de autoria dos deputados. Ontem, foi feito um acordo entre Maioria e Minoria que estabeleceu o horário das 18 horas como horário limite.

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

Deputado Vitor, eu pediria só um pouquinho da sua tolerância para poder eu dar um informe aos deputados, que não estavam na sala.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Atenção, colegas deputados, é importante prestarmos atenção para, como vai ser um acordo, não ter dúvida sobre os encaminhamentos.

O Sr. Robinson Almeida: Então, Sr. Presidente, ontem, 18 horas era o prazo para serem apresentados os projetos de lei. Pelo que foi levantado e, aí, já feito toda a depuração, há cinco projetos de lei apresentados ontem, até as 18 horas, aprovados na CCJ e estão aptos à votação. Esses cinco projetos... Eu pediria a Carlinhos, que dá assistência à Mesa, para entregá-los a V. Ex.^a, Sr. Presidente.

Além dos projetos de lei, têm os projetos de resolução, Sr. Presidente. Os projetos de resolução, também, atenderam ao critério de terem sido entregues, ontem, até as 18 horas, para serem colocados para a aprovação de hoje.

Então, o nosso entendimento é o de que tem o reclame de vários colegas que não sabiam do prazo das 18 horas. Há outros projetos também. São reclamações legítimas. Então, nós fizemos um acordo. Aqueles que não têm os seus projetos atendidos na sessão de hoje têm até as 15 horas da próxima terça-feira para apresentar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Terça?

O Sr. Robinson Almeida: Terça-feira que vem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Terça que vem.

O Sr. Robinson Almeida: Os que não forem atendidos hoje, os que não foram atendidos hoje, têm até o dia 2 de maio, às 15 horas.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Bem, terça-feira é 2 de maio.

(Alguns deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Robinson Almeida: Pediria a atenção de todos. Aqueles que não tiverem os seus projetos aprovados hoje terão o prazo até o dia 2 de maio, às 15 horas, para apresentar o projeto de seu interesse para ser votado na sessão da quarta-feira, 3 de maio.

Quantos projetos cada deputado pode apresentar? O acordo é que sejam duas matérias legislativas: um projeto de lei ou uma honraria, um título ou uma comenda. Se não tiver projeto de lei, duas honrarias mais duas proposições legislativas, sob o critério do deputado será apresentado na terça-feira, até as 15 horas. Nós temos o compromisso das Maioria e Minoria em levar à votação no Plenário, na quarta-feira.

Pediria ao deputado Alan para complementar ou precisar pontos que não foram esclarecidos no meu informe.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu acho que a gente começa esta legislatura com um ponto extremamente positivo quando a gente consegue “consensuar” e votar alguns projetos, que não são todos. Mas a gente chama atenção dos deputados que se preparem para que a gente possa votar na próxima semana e dê continuidade nesses projetos, de preferência, os não polêmicos.

Aqui, ao falar com os deputados Robinson, Hilton e outros, nós gostaríamos – porque são vários projetos de honrarias – que V. Ex.^a pudesse chamar, ler, fazer a leitura do nome dos que serão homenageados para que a gente pudesse fazer uma votação, como já fizemos nesta Casa.

Não estou abrindo precedente nenhum. Sugiro votar em bloco nesses inúmeros nomes que V. Ex.^a vai fazer a leitura, apenas para que a gente pudesse adiantar a votação, do que votar um a um, repito, um a um, precisando do quórum a toda hora, tudo. Então a gente poderia votar em bloco.

Mas chamo a atenção de V. Ex.^a porque eu gosto das coisas bem transparentes, deputado Hilton Coelho, deputado Robinson. Faz-se a leitura e diz-se quantos projetos nós estaremos votando, para que não haja nenhum questionamento de que votamos em alguém que não estava aí. Então, V. Ex.^a falará número 1, tal; número 2, tal; número 3, etc. Ao fazer assim, a gente sabe, exatamente, os projetos e os homenageados. Eu acho que a gente pode votar assim, em bloco, esses homenageados.

O Sr. Vitor Bonfim: Sr. Presidente, questão de ordem, só para esclarecer.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Vitor Bonfim: Eu estava participando da reunião. Esse último ponto trazido aqui, de fazer um pacotão para votar as honrarias, não foi objeto de discussão lá. Inclusive, o nosso Regimento Interno preconiza que a votação é secreta, e tem de ser votado individualmente, repito, com a votação secreta. Eu acho que isso dá, inclusive, um maior conforto para os deputados.

A reunião, lá, inclusive, foi para que houvesse a colocação, em Plenário, dos projetos de lei. Não houve o acordo para a aprovação.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Não existe. Concorde com o deputado Vitor Bonfim. Não existe o acordo para votar. Isso é uma sugestão que eu estou fazendo a partir de agora, sabendo que todos esses homenageados, cuja leitura será feita por V. Ex.^a, são de acordo, para que não seja necessário votar de um a um, porque todos são de comum acordo das duas bancadas. Isso é fruto de um acordo, deputado Robinson, deputado Matheus, que estivemos lendo um a um. Não há questionamento sobre nenhum homenageado.

Então, esses que V. Ex.^a vai... continua a sugestão de que a gente possa votar, se esses todos são frutos de acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Correto.

Nobres líderes, a indagação que fica é sobre os tempos. Digo isso porque eu sou gerente do Regimento. Eu estou subordinado ao Regimento.

O Horário das Representações Partidárias está suspenso, Srs. Líderes?

O Sr. Robinson Almeida: Suspenso, pela Maioria.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Suspenso, portanto, o Horário das Representações Partidárias.

O Sr. Alan Sanches: O deputado Tiago vai usar o tempo da nossa bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Seguindo, eu solicitaria a Hilton Coelho utilizar, no Horário da Representação Partidária, o tempo de, até, 2 minutos, com a tolerância de sempre.

O Sr. Alan Sanches: O.k., Sr. Presidente, só para concluir a última questão de ordem. É que, deputado Robinson Almeida, assim que nós consigamos fazer este acordo para a votação, a gente, imediatamente, inicia o processo de votação, suspendendo o Horário das Representações Partidárias, logo após os colegas.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho pelo tempo de 2 minutos para a vossa fala.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, participamos, hoje, da manifestação que fez parte do calendário nacional em defesa do piso da educação. V. Ex.^{as}, a imprensa e os que acompanham a nossa *TV ALBA* têm percebido que nós estamos, de maneira muito recorrente, trazendo este tema do piso nacional da educação, que é um grande patrimônio do povo brasileiro.

Depois de décadas de debates, enfim, se estabeleceu um piso nacional que, infelizmente, vem sendo, de alguma forma, desvirtuado, de maneira sistemática, pelas duas esferas de governo com responsabilidade sobre isso.

No estado da Bahia, nós temos problemas muito graves com a rede estadual. Digo isso porque nós temos uma parte da categoria que está na ativa, trabalhadores que são especialistas, coordenadores pedagógicos dos níveis I e II que, simplesmente, estão abaixo do piso, além dos trabalhadores Reda.

Nós temos uma situação em que o plano de carreira dos trabalhadores da educação está sendo completamente desrespeitado, com os chamados interníveis. Ou seja, não existe mais carreira numa relação com a valorização que o piso definiu nacionalmente. Então isso é um grande problema e nós estamos na expectativa de que o governador Jerônimo mande a esta Casa o projeto de lei ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que possa solucionar essa situação.

E nós queremos também, Sr. Presidente, dizer que fizemos uma análise do Orçamento. Na semana que vem, nós temos o 1º de Maio, e o governador precisa fazer um aceno ao conjunto dos servidores públicos do estado da Bahia, porque nós temos uma folga no Orçamento. Apenas 44% das receitas líquidas correntes estão comprometidas com o pagamento dos servidores públicos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) quando nós podemos atingir 60% dessa receita líquida, sem nenhum problema legal. Por isso há uma folga de 16% para se estabelecer uma mesa de negociação conjunta com a totalidade das representações dos servidores públicos para corrigir uma situação de perda salarial que é brutal no estado da Bahia.

Então nós queremos aqui reivindicar um PL que seja digno da implementação do piso, tanto para ativos quanto para aposentados e pensionistas, que estão abaixo do piso também, bem como para o conjunto dos servidores públicos que precisam de uma mesa conjunta de negociação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Eu concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do PSD para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 13 minutos.

O Sr. Robinson Almeida: Sr. Presidente, consulto se algum deputado da Bancada da Maioria ou do PSD tem vontade ou interesse em usar a tribuna.

Deputada Ivana, tem interesse em usar a tribuna no tempo do PSD?

A Sr.^a Ivana Bastos: Sim.

O Sr. Robinson Almeida: Deputada Ivana Bastos.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra a deputada Ivana Bastos, para utilizar o tempo de até 13 minutos do PSD.

A Sr.^a IVANA BASTOS: Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, Sr.^{as} Deputadas, hoje eu gostaria de agradecer à Polícia Militar, à CPR Chapada.

Eu estive em Itaberaba hoje, pela manhã, onde fui agraciada com o Título de Amiga Chapadeira da Polícia Militar. Isso, deputado Zé Raimundo, nos deixa muito felizes, mostra o nosso comprometimento, o comprometimento do governo do estado com a Polícia Militar, onde, em todos os municípios, ali, da Chapada, estamos construindo unidades da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Eu dizia hoje, pela manhã, deputada Maria del Carmen, que, há 20 anos, eu tinha recebido título de amiga da Polícia Militar. E agora o Título de Amiga Chapadeira da Polícia Militar nos dá mais comprometimento, ali, naquela região, onde o município de Lençóis e o município de Palmeiras já me concederam o título de cidadã.

Então eu quero aqui agradecer ao coronel Marcelo, o nosso comandante da Cipe Chapada, agradecer à Polícia Militar por esse título, e dizer que somos parceiros, somos companheiros. Eu acredito que a Chapada foi eleita, agora, o melhor destino para se divertir no Brasil, o melhor destino turístico. A Polícia Militar... O item segurança na Chapada, deputado, teve a nota acima de nove. A maior nota em segurança, dentre todos os destinos turísticos do Brasil, Hilton, foi na Chapada Diamantina.

Então fica aí o meu agradecimento a todos. Com muita honra, sou hoje chapadeira.

Um abraço.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, nobre deputada Ivana Bastos.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder do Bloco Parlamentar Republicanos/PSDB/PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Falará, pelo tempo 10 minutos, o deputado Tiago Correia.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o nobre deputado Tiago Correia, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, nobres colegas, amigos da imprensa que nos acompanham, galerias, servidores desta Casa. Sr. Presidente, subo, hoje, a esta tribuna para parabenizar todos os produtores rurais que ontem estiveram nesta Casa, em nosso auditório. Mais de 2 mil produtores rurais que vieram de todo o estado, homens e mulheres que representam esse importante setor que produz mais de 27% do PIB do nosso estado, gerando riqueza, gerando emprego, produzindo alimentos. Vieram, de forma ordeira, de forma pacífica, discutir um problema que assola todo o nosso país, que são as invasões de terra que continuam ocorrendo. Só nesse final de semana, mais três invasões ocorreram no estado da Bahia, que é o estado campeão em invasões, desde o início do ano. O que foi discutido e abordado foi, justamente, o direito à propriedade, o respeito à Constituição Federal que, em seu art. 5º, versa sobre a propriedade privada. O direito à proteção da propriedade privada é uma cláusula pétrea da nossa Constituição e é dever do estado garantir o direito à propriedade.

Então queria parabenizar todos esses homens e mulheres guerreiros que vieram aqui discutir. E dizer que o que nós temos abordado, o que nós temos trazido a esta Casa e, muitas vezes, pedindo a compreensão de alguns colegas que não conhecem de perto o problema, deputado Robinson, que é um problema que aflige grande parte dos pequenos produtores do nosso estado, que precisam, sim, que aconteça uma reforma agrária, e nós somos favoráveis a essa reforma agrária.

Basta dizer que, no estado da Bahia, existem 699 projetos de assentamento, com uma área de 2 milhões de hectares, que disponibilizam 60.818 vagas para assentamentos de famílias. Existem apenas 48.519 famílias assentadas, isso de acordo com o Sipra, que é o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária. Então existem 12.621 vagas disponíveis, e isso mostra que não são necessárias novas áreas, não é necessária invasão para resolver o problema da reforma agrária.

O que fica demonstrado é que essas invasões têm outros propósitos e é isso que nós queremos entender: quem é que financia essas invasões. Até porque a lei estabelece que a propriedade invadida fica impossibilitada de ser utilizada para reforma agrária por 2 anos e, se ela for invadida novamente, por mais 2 anos. E o que nós vemos são propriedades sendo invadidas reiteradamente, a exemplo do município de Guaratinga,

onde há uma propriedade que foi invadida pela quinta vez, com uma ordem judicial de reintegração de posse que não é cumprida.

Foi por isso que esses produtores vieram aqui, de forma ordeira, pedir ao estado que faça cumprir a lei e que a CPI que foi proposta nesta Casa para investigar a motivação dessas invasões seja aprovada e nós possamos, realmente, descobrir quais são as reais motivações e porque continuam invadindo fazendas do nosso estado. Muitas vezes, são fazendas de pequenos produtores, como tem acontecido no Extremo Sul, mostrando que o movimento se desvirtua e não busca a reforma agrária.

É isso que eu trago, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Tiago Correia.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar MDB/PSB/Patriota/PSC/Avante para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Robinson Almeida: Sr. Presidente, eu queria consultar se os projetos de lei e os projetos de resolução, frutos do acordo das lideranças partidárias, estão prontos para serem submetidos ao Plenário. Caso estejam, o encaminhamento é de suspender o Horário das Representações Partidárias e entrar em regime de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Até agora não chegaram os aludidos projetos.

O Sr. Robinson Almeida: Então eu queria indicar a deputada Olívia Santana para falar em nome do bloco parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra a nobre deputada Olívia Santana, pelo tempo de até 10 minutos, em nome do bloco referido.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, fazer uma saudação e informar a este Plenário que a professora baiana, a Sr.^a Vitalina Silva, é finalista do prêmio de educação que será transmitido no dia de hoje pela Rede Globo.

É muito importante a edição desse prêmio, do movimento em defesa da educação, o Movimento LED, Luz na Educação, com um projeto de educação antirracista de iniciativa dessa professora, que foi recepcionada pelo movimento em defesa da educação, do qual a Rede Globo e a Fundação Roberto Marinho fazem parte, com o propósito de mapear, reconhecer e celebrar as melhores práticas que podem colaborar com uma educação mais humanista.

Então fica aqui a nossa celebração e nós estamos torcendo para que essa professora, que chegou à final dessa premiação, seja contemplada com o prêmio que vai alcançar seis iniciativas, com um aporte financeiro de R\$ 200 mil para cada uma dessas iniciativas.

Eu desejo boa sorte a essa professora, entendendo, inclusive, que o ambiente da escola só será mais inclusivo e mais pacífico na medida em que tenhamos práticas pedagógicas que possam colaborar com a eliminação do racismo, do sexismo, da LGBTQIA+fobia, porque são formas de violência que alcançam a subjetividade das pessoas e vão criando feridas que são invisíveis.

Então a aluna silenciosa ou o aluno silencioso que, muitas vezes, são vistas e vistos como aquelas e aqueles que não causam problemas na escola, “que bom que estão quietos”, “que bom que estão silentes”, esses alunos merecem a nossa máxima atenção. Porque, muitas vezes, são alunos que acumulam baixa autoestima por diversas formas de violência, de coisas que a gente se acostumou a chamar de brincadeiras, mas que não são brincadeiras, na medida em que vão abrindo as feridas na alma. É assim que a gente fala.

E nós temos de ter uma práxis pedagógica criativa, humanista, que consiga chegar perto desse alunado, que consiga, de fato, perceber o que está incomodando aquela criança, aquele adolescente, para chegar mais perto e incluí-lo no grupo. Todo mundo quer ser incluído! Uma prática pedagógica que exclui, que elimina do convívio da coletividade, muitas vezes, causa danos até irreparáveis naquela pessoa, naquele ser humano. Portanto penso que é preciso incentivar, estimular boas práticas pedagógicas nas escolas, para que a gente possa, de fato, envolver melhor a comunidade escolar.

É preciso fazer os combinados. Eu lembro, quando era professora da Escola Casa Via Magia, que a gente tinha lá o quadro do vale/não vale. Era uma escola particular e tinha umas coisas que aconteciam que as pessoas olhavam e falavam: “Ah, meu Deus, como é que faz isso, são crianças de classe média”. A gente incluía no vale/não vale, por exemplo: não vale taxar o colega de apelidos que aquele colega não se sinta confortável ou não goste; não vale ficar, porque uma criança tem um jeito mais feminino de se colocar e, biologicamente, é um menino, com aquele achincalhe em relação à sexualidade daquela criança. Brincadeiras que, inclusive, principalmente com esse modelo masculino que foi constituído, permanecem até hoje. Pessoas adultas que ficam se utilizando de brincadeiras homofóbicas e não sabem que aquela brincadeira – suposta brincadeira – tem um impacto na alma, no sentimento, na subjetividade daquela pessoa.

Então, quando eu era professora, a gente fazia, não só na Via Magia, eu estimulava também nas escolas comunitárias, na escola pública estadual da qual eu fui coordenadora pedagógica, que antes era Victor Civita e hoje é Moa do Katendê, e a gente sempre estimulou isso. O que é que vale? Tais coisas valem. E a gente discutia as leis da sala de aula com as próprias crianças, com os adolescentes, não era uma coisa vertical, de cima para baixo, era construído com eles, com elas. E isso dava um senso de responsabilidade muito maior, no sentido de cumprir o vale/não vale.

E eu me lembro que houve a época da Copa que aconteceu aqui no Brasil, ou foram as Olimpíadas, acho que foi nos Jogos Olímpicos, que virou notícia que a delegação japonesa, depois de assistir aos jogos, saía do estádio catando os lixos, botando dentro do saquinho, não é? E levando para jogar fora. E as pessoas achavam que o Japão era o máximo. E eu lembro que, nessa escola onde eu trabalhei, onde eu

fui professora, a gente se sentava – toda a escola fazia isso –, era uma escola particular, e a gente dizia: “A faxineira está prestando um serviço para a casa, para escola, para o ambiente ser confortável para todo mundo e ela não pode ser tratada como se fosse uma escrava, em que você vai comer seu lanche e joga o papel em qualquer lugar. Então tem de respeitar o trabalho da faxineira e, para isso, vocês também vão fazer essa prática da arrumação da sala de aula, da limpeza da mesa que vocês estudam”.

E, um dia na semana, havia um grupo de alunas e alunos que fazia a arrumação da sala. Então todo mundo acabava cuidando para a sala não ficar muito bagunçada, para as paredes não serem riscadas, para que as mesas não fossem destruídas, quebradas ou aquela coisa de ficar escrevendo na mesa. Todo mundo tinha mais zelo pela escola.

As mães e os pais vinham pegar os meninos e as meninas e, muitas vezes, dizíamos: “Olha, ainda não terminou a limpeza da sala. Então tem de acelerar”. Ficavam 5, 10 minutos, 15 minutos, saía todo mundo e aquele grupo ficava lá, limpando, varrendo, e aquilo não era visto como um demérito, era visto como uma prática educacional. Por isso eu tenho muito respeito à Escola Casa Via Magia, que é uma experiência de educação lindíssima, que foi liderada pelo saudoso Ruy Cezar, ex-presidente da UNE, que morreu precocemente de câncer de próstata, e que hoje é conduzida por Rô Reyes. E eu tenho, assim, um orgulho enorme de ter sido coordenadora pedagógica daquela escola, bem como também fui técnica pedagógica da Luiza Mahin, que é uma escola comunitária. A gente fazia essa mesma forma de trabalhar e a gente não via violência...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) desse tipo naquela escola, de alguém chegar e fazer agressões absurdas.

Então eu acho, eu concordo com o pensamento do governador Jerônimo Rodrigues. É preciso ter rondas policiais? É preciso, mas a escola não pode ser vista como ambiente que tem de ser o espaço da polícia, o lugar onde a gente vai ter práticas policiais, policiamento cada vez maior para garantir a paz na escola. Isso aí é a falsa paz. A paz...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) verdadeira, ela se faz com a construção de valores, de preservação do meio ambiente, de preservação do espaço escolar, de respeito à comunidade escolar, de respeito às faxineiras, à professora, à diretora, enfim é preciso garantir uma horizontalidade no que diz respeito à construção de valores.

Então parabênzo essa professora baiana que chegou à final, trazendo uma experiência inovadora que foi percebida nacionalmente e desejo que em todo o ambiente escolar esse tipo de experiência prevaleça.

E saúdo a APLB Sindicato, a todos os professores que estavam hoje na Praça da Piedade fazendo um movimento de defesa da escola, pelo fim do Novo Ensino Médio e pelo piso salarial dos professores, porque é uma ação integrada: valores, valorização salarial, investimento. Tudo isso torna a educação melhor para todas e para todos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Olívia Santana. Parabéns pela bela explanação.

(Não foi revisto pela oradora.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Ordem do Dia.

Primeiro projeto: Projeto de Lei nº 22.801/2018, de autoria do deputado Euclides Fernandes, que (lê) “*Obriga as operadoras de planos de saúde a fornecerem por escrito as recusas dos atendimentos aos seus conveniados*”.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Designo o deputado Samuel Junior para relatar o projeto, pelas comissões de mérito.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr. Presidente, demais colegas, conforme a orientação do presidente, o projeto de lei do deputado Euclides Fernandes (lê) “*Obriga as operadoras de planos de saúde a fornecerem por escrito as recusas dos atendimentos aos seus conveniados*”.

Nas comissões, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): É isso? Pronto.

Em votação, no âmbito das comissões, o parecer do relator.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado no âmbito das comissões.

Agora, em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por unanimidade **o Projeto de Lei nº 22.801/2018, em 1ª discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 22.801/2018

Obriga as operadoras de planos de saúde a fornecerem por escrito as recusas dos atendimentos aos seus conveniados.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - As operadoras de plano de saúde estão obrigadas a fornecer a recusa do atendimento aos seus conveniados por escrito, expondo os motivos da recusa de forma clara e concisa, indicando quais os motivos técnicos da recusa, indicando as orientações da ANVISA quanto ao procedimento.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Sala das Sessões, 23 de abril de 2018.

Deputado EUCLIDES FERNANDES - PDT

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Próximo projeto: Projeto de Lei nº 23.636/2019, da deputada Neusa Cadore.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convido o deputado Vitor Bonfim para relatar o projeto.

O Sr. VITOR BONFIM: Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Cabe-me relatar, no âmbito das comissões conjuntas, o Projeto de Lei nº 23.636/2019, de autoria da deputada Neusa Cadore, que (lê) *“Institui o Dia Estadual de Combate e Prevenção da Hanseníase e o ‘Janeiro Roxo’”*.

Por se tratar de matéria de relevante justificativa, opino pela sua aprovação na forma como foi apresentada, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, Vitor.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação, no âmbito das comissões, o parecer.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário, o projeto como um todo.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado de forma unânime, **o Projeto de Lei nº 23.636/2019, em 1ª discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 23.636/2019

Institui o Dia Estadual de Combate e Prevenção da Hanseníase e o "Janeiro Roxo".

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o último domingo de janeiro como o Dia Estadual de Combate e Prevenção da Hanseníase e o mês "Janeiro Roxo".

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 5 de novembro de 2019.

Deputada NEUSA LULA CADORE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Próximo projeto: Projeto de Lei nº 24.716/2023, de autoria do deputado Vitor Bonfim, que (lê) *“Dispõe sobre a afixação de cartazes em revendedoras e concessionárias de veículos informando sobre isenções tributárias específicas, concedidas às pessoas com deficiência e portadoras de enfermidade de caráter irreversível no âmbito do Estado da Bahia”*.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para relatar, no âmbito das comissões de mérito, o nobre deputado Samuel Junior.

O Sr. SAMUEL JUNIOR: Sr. Presidente, demais colegas, passo a relatar o Projeto de Lei nº 24.716/2023, de autoria do deputado Vitor Bonfim, que (lê) *“Dispõe sobre a afixação de cartazes em revendedoras e concessionárias de veículos informando sobre isenções tributárias específicas, concedidas às pessoas com deficiência e portadoras de enfermidade de caráter irreversível no âmbito do Estado da Bahia”*.

Segue o parecer, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado Samuel Junior.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação, no âmbito das comissões, o parecer.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário, o projeto de lei.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por unanimidade, **o Projeto de Lei nº 24.716/2023, em 1ª discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 24.716/2023

Dispõe sobre a afixação de cartazes em revendedoras e concessionárias de veículos informando sobre isenções tributárias específicas, concedidas às pessoas com deficiência e portadoras de enfermidade de caráter irreversível no âmbito do Estado da Bahia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Obriga as revendedoras e as concessionárias de veículos instaladas em todo o Estado da Bahia a afixar, em local de fácil visualização, cartazes informando aos consumidores sobre as isenções de impostos como o Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e demais tributos garantidos por lei às pessoas com deficiência ou portadoras de enfermidade de caráter irreversível.

Parágrafo único. O cartaz deverá ter a medida mínima de 297mmx420mm (duzentos e noventa e sete milímetros por quatrocentos e vinte milímetros), folha A3, com escrita legível, contendo a seguinte informação: “Este estabelecimento respeita e cumpre a Lei: O consumidor com deficiência ou portador de enfermidade de caráter irreversível, tem direito à isenção de tributos previstos em Lei. Solicite ao vendedor.”

Art. 2º - O descumprimento desta Lei acarretará:

I - Advertência, com notificação dos responsáveis para a regularização no prazo máximo e improrrogável de trinta dias;

II - Multa no valor correspondente a 20 UPF/BA (vinte vezes a Unidade Padrão Fiscal da Bahia) em caso de não regularização dentro do prazo estipulado no inciso I deste artigo.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede a aplicação concomitante das penalidades previstas nos arts. 56 e 60 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 3º - A fiscalização e a aplicação do disposto nesta Lei serão realizadas pelos órgãos de proteção e defesa do consumidor do Estado da Bahia.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de fevereiro de 2023.

Deputado VITOR BONFIM

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Quarto projeto: Projeto de Lei nº 22.111/2016, de autoria do deputado líder Alan Sanches, que (lê) “*Cria o Programa Estadual de Incentivo ao Uso da Energia Sustentável no Estado da Bahia e dá outras providências*”.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Para relatar, o deputado Vitor Bonfim.

O Sr. VITOR BONFIM: Sr. Presidente, retorno a esta tribuna na tarde hoje para relatar, no âmbito das comissões conjuntas, o Projeto de Lei nº 22.111/2016, de autoria do deputado estadual Alan Sanches, que (lê) “*Cria o Programa Estadual de Incentivo ao Uso da Energia Sustentável no Estado da Bahia e dá outras providências*”.

A relevante matéria foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, tendo recebido o parecer favorável exarado pelo ilustre deputado Tiago Correia. E, no seu bojo, ela institui políticas públicas para o incentivo à utilização de energia sustentável, trazendo como exemplos as energias renováveis.

Devido ao caráter relevante da proposição que ora comento, opino pela sua aprovação como apresentada pelo autor.

É o parecer, salvo melhor juízo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputado.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação, no âmbito das comissões, o parecer.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário, o Projeto de Lei nº 22.111/2016, do deputado Alan Sanches.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado por unanimidade, **o Projeto de Lei nº 22.211/2016, em 1ª discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 22.111/2016

Cria o Programa Estadual de Incentivo ao Uso da Energia Sustentável no Estado da Bahia e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Programa Estadual de Incentivo ao Uso da Energia Sustentável no Estado da Bahia;

Art. 2º - As ações a serem desenvolvidas, deverão ser promovidas Secretaria de Infraestrutura da Bahia (SEINFRA) em conjunto com a SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e observarão os cuidados de:

I - Expor, compartilhar e difundir conhecimentos teóricos e práticos sobre as mais variadas questões relativas a Energia Sustentável no âmbito do Estado da Bahia, através de planejamento, promoção e realização de campanhas educativas, exposições, publicações, reuniões e seminários, visando difundir as boas práticas a este respeito;

II – Conscientizar a população baiana da importância do consumo consciente dos recursos energéticos e hídricos;

III – Estabelecer políticas públicas e adoções de medidas para implementação de ações voltadas a dotar os prédios públicos estaduais com meios de utilização de energia limpa;

Art. 3º - A responsabilidade de implementação do Programa Estadual de Incentivo ao Uso da Energia Sustentável, é do Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Infraestrutura da Bahia (SEINFRA) em conjunto com a SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 2016.

Deputado ALAN SANCHES

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Próximo projeto: Projeto de Lei nº 24.493/2022, da deputada Ivana Bastos, que (lê) “*Dispõe sobre a instituição do Dia Estadual do Agente Funerário e dá providências*”.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Como relator, por favor, o nobre deputado Matheus Ferreira.

O Sr. MATHEUS FERREIRA: Sr. Presidente, boa tarde a todos os deputados. Vou relatar o projeto de autoria da deputada Ivana Bastos.

Projeto de Lei nº 24.493/2022, de autoria da deputada Ivana Bastos, que (lê) “*Dispõe sobre a instituição do Dia Estadual do Agente Funerário e dá providências*”.

Projeto pautado e aprovado na CCJ.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação, no âmbito das comissões, o parecer lido pelo nobre deputado Matheus Ferreira.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado o **Projeto de Lei nº 24.493/2022, em 1ª discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 24.493/2022

Dispõe sobre a instituição do Dia Estadual do Agente Funerário e dá providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DECRETA:**

Art. 1º - Fica instituído no Estado da Bahia, o dia 17 de março como o Dia Estadual do Agente Funerário.

Art. 2º - O dia 17 de março – Dia Estadual do Agente Funerário- integrará, anualmente, o Calendário Oficial de Eventos do Estado da Bahia.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a intensificar as ações de:

I - difusão de informações sobre o exercício profissional da categoria;

II - promoção de eventos para o debate público sobre os anseios e políticas públicas de apoio a categoria do agente funerário;

III - divulgação de iniciativas, ações e campanhas de apoio a categoria do agente funerário.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de março de 2022.

Deputada IVANA BASTOS - PSD

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Sexto projeto: Projeto de Lei nº 23.078/2019, da deputada Kátia Oliveira, que (lê) *“Institui a Campanha Estadual Maria da Penha, e dá outras providências”*.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra, para relatar, a nobre deputada Fátima Nunes, a nossa líder.

A Sr.^a FÁTIMA NUNES: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, o Projeto de Lei nº 23.078/2019 (lê) *“Institui a Campanha Estadual Maria da Penha, e dá outras providências”*.

Todos nós sabemos o quanto é importante a lei que já conhecemos, lei que foi aprovada e sancionada na gestão do presidente Lula. De lá para cá, vários mecanismos de defesa dos direitos das mulheres e de combate à violência tem se desenvolvido em todos os estados, aqui, na Bahia, inclusive, com a criação da Lei da Ronda Maria da Penha.

Na verdade, nós, todos e todas, queremos uma sociedade de justiça, de paz e de entendimento entre homens e mulheres. Por isso mesmo, é preciso que cada lei aprovada seja difundida para ser conhecida por todos os cidadãos e cidadãs, é preciso que ela seja operacionalizada nos órgãos de combate à violência, de assistência à mulher, que seja devolvido à sociedade o direito de cada um viver com tranquilidade.

Por isso mesmo, o projeto foi aprovado pela minha relatoria. Peço aprovação aos pares.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Obrigado, deputada Fátima Nunes.
(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação o parecer do Projeto de Lei nº 23.078/2019, da deputada Kátia Oliveira.

Os deputados e deputadas que queiram aprovar o projeto permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados e Deputadas favoráveis permaneçam como se encontram.
(Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei nº 23.078/2019, em 1ª discussão.

PROJETO DE LEI Nº 23.078/2019

Institui a Campanha Estadual Maria da Penha, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA BAHIA DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a “Campanha Estadual Maria da Penha”, a ser comemorada, anualmente, no mês de março, nas escolas públicas estaduais e particulares do Estado da Bahia, com os seguintes objetivos:

I – Contribuir para o conhecimento da comunidade escolar acerca da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha;

II – Aprofundar as reflexões e discussões sobre o combate à violência contra a mulher;

III – Conscientizar adolescentes, jovens e adultos, estudantes e professores que compõem a comunidade escolar sobre a importância do respeito aos direitos humanos e sobre a Lei Federal nº 13.104 – Lei do Feminicídio, prevenindo e evitando as práticas de violência contra a mulher;

IV – Esclarecer sobre a necessidade da efetivação de registros de denúncias dos casos de violência contra a mulher nos órgãos competentes, onde quer que ela ocorra;

V – Dar ampla e ostensiva ciência da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180.

Art. 2º - A campanha de que trata o artigo 1º passará a fazer parte do Calendário Oficial de Eventos do Estado da Bahia

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2019.

Deputada KÁTIA OLIVEIRA

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Srs. Deputados, portanto, foram seis projetos de autoria dos nobres deputados e deputadas que acabamos de aprovar nesta sessão, no primeiro turno.

Haverá novamente, logo após o encerramento desta sessão, vamos chamar novamente, a votação dos projetos em segundo turno.

Projetos de resolução para a concessão de títulos.

Eu convido para o primeiro projeto... (lê) “Projeto de Resolução nº 3.067/2023, da deputada Fátima Nunes, que concede o Título de Cidadã Baiana a Cesira Maccarinelli Ferreira...”

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, presidente.

Uma sugestão que estava amadurecendo com o secretário da Mesa e com os deputados Robinson e Matheus: que a gente possa, já que a gente vai votar em bloco, ter um relator para todos os pareceres.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tranquilo.

O Sr. Alan Sanches: Agora, que ele faça a leitura dos nomes de todos os homenageados para que todos tenham ciência, parece-me que são 24 honrarias.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não, mas eu queria só anunciar os projetos aqui.

Então (lê) “(...) Projeto de Resolução nº 3.071/2023, do deputado Vitor Azevedo, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano a João Inácio Ribeiro Roma Neto e dá outras providências.

Projeto de Resolução nº 3.082/2023, do deputado Euclides Fernandes, que concede o Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social João Mangabeira ao Sr. Edvaldo Pereira de Brito, em reconhecimento à sua trajetória de vida e contribuição para as causas nobres, humanas e sociais da Bahia.

Projeto de Resolução nº 3.094/2023, do deputado Tiago Correia, que concede o Título de Cidadão Baiano ao Sr. Fabiano Borré; projeto nº 5, que concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano a Nelson Varón Cadena, título de autoria de Robinson Almeida; projeto nº 6, de autoria do deputado Rosemberg Pinto, que concede a Comenda 2 de Julho ao Dr. Ademir Ismerim Medina; projeto nº 7, Resolução nº 3.088/2023, do deputado Angelo Coronel Filho, que concede a Comenda 2 de Julho ao Dr. Gilberto Kassab; projeto nº 8, do deputado Eduardo Salles, que concede o Título de Cidadão Baiano a Jorge Afonso Campos Rebelo de Almeida; projeto nº 9, do deputado Alan Sanches, que concede o Título de Cidadão Baiano ao Dr. Renato Delascio Lopes, cardiologista; projeto nº 10, do deputado José de Arimateia, que concede a Comenda 2 de Julho à reitora da Uninassau – Salvador, Sr.^a Prof.^a Cecília Emília Queiroz; projeto nº 11, do deputado Luciano Simões Filho, que concede o Título de Cidadão Baiano a Jozias Souza da Silva; Projeto de Resolução nº 3.065/2023, do deputado Marcinho Oliveira, que concede a Comenda 2 de Julho ao cantor, compositor, produtor musical e multi-instrumentista baiano, Washington Bell Marques da Silva, conhecido como Bell Marques, que por décadas vem levando o nome da Bahia para o Brasil e para o mundo, sendo um dos maiores ícones e representantes da Axé Music e do Carnaval de Salvador; projeto nº 13, de Marcinho Oliveira, concede o Título Honorífico de Cidadão Baiano ao presidente da Câmara dos Deputados, o Ex.^{mo} Sr. Deputado Arthur César Pereira de Lira, e dá outras providências; projeto nº 14, do nobre deputado Pablo Roberto, concedendo a Comenda 2 de Julho ao empresário Jodilton Oliveira Souza; projeto nº 15, do deputado Penalva, Título de Cidadão Baiano ao presidente da Cufa Global, Sr. Francisco José Pereira de Lima, mais conhecido como Preto Zezé; nº 16, Projeto de Resolução do deputado Manuel Rocha, que concede o Título de Cidadão Baiano ao Sr. Nestor Hermes; projeto nº 17, do deputado Fabrício Falcão, que concede a Comenda 2 de Julho ao Dr. Raimundo Paraná Ferreira Filho; projeto nº 18, do deputado Pancadinha, que concede a Comenda 2 de Julho ao artista Clóvis de Figueiredo Leite, ‘Kokó do Lordão’, e dá outras providências; do deputado Fabrício Falcão é o projeto de nº 19, que concede o Título de Cidadão Baiano ao artista plástico Jair Gabriel da Costa; projeto nº 20, do deputado Bobô, que, de forma sutil, concede a Comenda 2 de Julho ao Ex.^{mo} desembargador Jéferson Alves Silva Muricy; projeto nº 21, da deputada Olívia Santana, que concede o Título de Cidadã Baiana à

médica e professora, Mag.^a reitora da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Dr.^a Maria Luisa Carvalho Soliani.

O Projeto nº 22. O Projeto de Resolução nº 3.023/2023, de autoria do deputado Hilton Coelho de concessão da Comenda Dois de Julho a Samuel Santana Vida, advogado e professor da Ufba.

O Projeto nº 23. O Projeto de Resolução nº 3.072/2023, de autoria do deputado Samuel Júnior, de concessão da Comenda Dois de Julho ao general-de-divisão combatente Marcelo Arantes Guedon, comandante da 6ª Região Militar.

Finalmente, o último projeto é autoria da deputada Olívia Santana. O Projeto de Resolução nº 3.076/2023, de concessão da Medalha Dois de Julho ao Sr. Antônio Carlos Santos de Freitas (Carlinhos Brown).”

Esta, portanto, é a lista para a aprovação.

Convoco o deputado Samuel Júnior para a apreciação dos projetos em conjunto.

O Sr. Hilton Coelho: Sr. Presidente, quero encaminhar o voto do Psol.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Tranquilo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Com a palavra o deputado Samuel Júnior.

O Sr. SAMUEL JÚNIOR: Sr. Presidente, para não ficar redundante a leitura, uma vez que V. Ex.^a já leu o nome de todos, eu, como relator, só confirmo o projeto como constitucional e legal.

Opino pela aprovação das 24 leituras que V. Ex.^a acabou de ler.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em votação no âmbito das comissões.

Os nobres deputados e deputadas, favoráveis à aprovação desses projetos, permaneçam como estão; os contrários, se manifestem com um gesto. (Pausa)

O Sr. Hilton Coelho: Pela comissão da Educação, sou contrário, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pois não. Registrem, aí, o voto contrário do deputado...

O Sr. Hilton Coelho: Sou contrário em relação à concessão dos títulos para Arthur Lira e Gilberto Kassab.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): O.k. Está registrada a manifestação como resultado do voto do deputado Hilton Coelho.

Portanto, aprovado com esse voto contrário.

Em votação no âmbito do Plenário.

Os deputados e deputadas que são favoráveis à aprovação dos referidos projetos de resolução permaneçam como se encontram, já com a ressalva natural do deputado Hilton Coelho.

O Sr. Hilton Coelho: O voto é contrário quanto à concessão dos dois títulos para Arthur Lira e Gilberto Kassab.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Aprovados, **em discussão única, os Projetos de Resolução**, com os votos contrários do Deputado Hilton Coelho aos **Projetos de Resolução nºs 3.064/2023 e 3.088/2023.**

PROJETOS DE RESOLUÇÃO APROVADOS:

1. PRS 2.890/2020 – Dep. Fabrício Falcão (**Publicado no DOEL em 05/03/2020**)
2. PRS 2.997/2022 – Dep. Robinson Almeida (**Publicado no DOEL em 17/02/22**)
3. PRS 3.002/2022 - Dep. Luciano Simões Filho (**Publicado no DOEL em 18/03/2022**)
4. PRS 3.023/2022 - Dep. Hilton Coelho (**Publicado no DOEL em 04/06/2022**)
5. PRS 3.037/2022 - Dep. Olívia Santana (**Publicado no DOEL em 14/07/2022**)
6. PRS 3.051/2022 - Dep. Eduardo Salles (**Publicado no DOEL em 24/11/2022**)
7. PRS 3.064/2023 - Dep. Marcinho Oliveira (**Publicado no DOEL 16/02/2023**)
8. PRS 3.065/2023 - Dep. Marcinho Oliveira (**Publicado no DOEL em 24/02/2023**)
9. PRS 3.067/2023 - Dep. Fátima Nunes (**Publicado no DOEL em 02/03/2023**)
10. PRS 3.070/2023 - Dep. José de Arimatéia (**Publicado no DOEL em 14/03/2023**)
11. PRS 3.071/2023 - Dep. Vitor Azevedo (**Publicado no DOEL em 16/03/2023**)
12. PRS 3.072/2023 - Dep. Samuel Júnior (**Publicado no DOEL em 18/03/2023**)
13. PRS 3.073/2023 - Deputado Manuel Rocha (**Publicado no DOEL em 21/03/2023**)
14. PRS 3.074/2023 – Dep. Rosemberg Pinto (**Publicado no DOEL em 21/03/2023**)
15. PRS 3.076/2023 – Dep. Samuel Júnior (**Publicado no DOEL em 23/03/2023**)
16. PRS 3.081/2023 – Dep. Penalva (**Publicado no DOEL em 31/03/2023**)
17. PRS 3.082/2023 – Dep. Euclides Fernandes (**Publicado no DOEL em 04/04/2023**)
18. PRS 3.083/2023 – Dep. Alan Sanches (**Publicado no DOEL em 11/04/2023**)
19. PRS 3.088/2023 – Dep. Angelo Coronel Filho (**Publicado no DOEL em 25/04/2023**)
20. PRS 3.092/2023 – Dep. Pancadinha (**Publicado no DOEL em 28/04/2023**)
21. PRS 3.093/2023 – Dep. Bobô (**Publicado no DOEL em 28/04/2023**)
22. PRS 3.094/2023 – Dep. Tiago Correia (**Publicado no DOEL em 28/04/2023**)
23. PRS 3.095/2023 – Dep. Fabrício Falcão (**Publicado no DOEL em 28/04/2023**)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Convoco uma extra, ou seja, uma sessão extraordinária a ser iniciada 1 minuto após o encerramento desta para votarmos, em segundo turno, os seis projetos de lei.

Não havendo mais nada a tratar nesta sessão, eu solicito 1 minuto de intervalo.

Declaro encerrada esta sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Penalva, Robinho e Rogério Andrade.
(06)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.